



REVISTA INDAGAÇÕES EM EDUCAÇÃO

VOLUME 01, NÚMERO 01, 2021

PPGE/UNIFAL-MG.

ADULTOS DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS ORAIS E OS ESTUDOS DE SUAS RACIONALIDADES: UMA LEITURA CRÍTICA

ADULTS FROM ORAL DISCURSIVE TRADITIONS AND THE STUDIES OF THEIR RATIONALITIES: A CRITICAL READING

LOS ADULTOS DE LAS TRADICIONES DISCURSIVAS ORALES Y LOS ESTUDIOS DE SUS RACIONALIDADES: UNA LECTURA CRÍTICA

Marisol Barenco de Mello¹

<https://orcid.org/0000-0002-9341-0230>

Universidade Federal Fluminense (UFF), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

A presente discussão tem como objetivo refletir sobre as tradições orais e os estudos de suas racionalidades tomando como sujeitos os adultos considerados não alfabetizados a partir de uma lógica de racionalidade produzida historicamente como verdadeira e legítima. A escola e demais sistemas da sociedade se pautam em tal racionalidade que avalia os discursos e jogam fora todos os que são considerados desviantes a partir desta norma instituída pelo pensamento ocidental moderno. A reflexão se pauta em quatro pontos que buscam desconstruir essa “verdade” racionalizada chamando a atenção para a necessidade da ruptura com a ordem unificante que se pretende única, monológica, e reconhecer a multiplicidade das formas de ser humano, bem como, a revisão do conceito de letramento, pois os sujeitos adultos considerados por este sistema “não alfabetizados” reconhecem a ordem discursiva oficial e seus instrumentos e formas, mas as inserem em suas próprias formas de pensar e dizer o mundo. Carecendo assim, de serem melhor investigadas as diversas formas deles se relacionarem com a escrita, que alguns sujeitos de outras tradições de escritura revelam. Como, neste caso, a educação de jovens e adultos sofre pelo conflito de racionalidades.

¹Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Atos-UFF, estudiosa e pesquisadora da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin e seu Círculo. E-mail: sol.barenco@gmail.com

Palavras-chaves: racionalidade; cultura; educação de jovens e adultos

ABSTRACT

This discussion aims to reflect on oral traditions and studies of their rationalities, taking adults considered illiterate as subjects based on a rationality logic historically produced as true and legitimate. The school and other systems of society are guided by such rationality that it evaluates the discourses and throws out all those who are considered deviant from this norm established by modern Western thought. The reflection is based on four points that seek to deconstruct this rationalized "truth", drawing attention to the need to break with the unifying order that is intended to be unique, monological, and to recognize the multiplicity of ways of being human, as well as the revision of the concept of literacy, as adult subjects considered by this system as "non-literate" recognize the official discursive order and its instruments and forms, but insert them in their own ways of thinking and saying the world. Thus, the different ways they relate to writing, which some subjects from other writing traditions reveal, need to be better investigated. How, in this case, the education of young people and adults suffers from the conflict of rationalities.

Keywords: rationality; culture; youth and adult education

RESUMEN

Esta discusión tiene como objetivo reflexionar sobre las tradiciones orales y el estudio de sus racionalidades, tomando a los adultos considerados analfabetos como sujetos basados en una lógica de racionalidad históricamente producida como verdadera y legítima. La escuela y otros sistemas de la sociedad se guían por tal racionalidad que evalúa los discursos y echa fuera a todos aquellos que se consideran desviados de esta norma establecida por el pensamiento occidental moderno. La reflexión se sustenta en cuatro puntos que buscan deconstruir esta "verdad" racionalizada, llamando la atención sobre la necesidad de romper con el orden unificador que pretende ser único, monológico, y reconocer la multiplicidad de formas de ser humano, así como como la revisión del concepto de alfabetización, como sujetos adultos considerados por este sistema como "analfabetos" reconocen el orden discursivo oficial y sus instrumentos y formas, pero los insertan en sus propias formas de pensar y decir el mundo. Por lo tanto, es necesario investigar mejor las diferentes formas en que se relacionan con la escritura, que revelan algunos sujetos de otras tradiciones de escritura. Cómo, en este caso, la educación de jóvenes y adultos adolece del conflicto de racionalidades.

Palabras clave: racionalidad; cultura; educación de jóvenes y adultos

Escrever um trabalho na instituição acadêmica é colocar-se numa ordem do discurso. É arriscar-se a tomar um lugar da palavra que, ao mesmo tempo em que se insere num fluxo de possibilidades, tem consciência dos constrangimentos a que se submete. É preciso, como diz Foucault (1996), que "os começos sejam solenes", na forma de rituais impostos que acolhem o discurso num "rodeio de atenção e silêncio", concedendo-lhe um lugar "que o honra, mas que o desarma", uma vez que é preciso controlar, selecionar, organizar e redistribuir a produção do discurso. Demarcação do discurso do verdadeiro.

Podemos e queremos refletir, neste texto, que essa ordem a que nos submetemos vem a ser a mesma, em outras escalas, que exclui, incessantemente, historicamente, seres humanos do lugar do

verdadeiro, do legítimo. E será que nosso desejo de escritura se reduziria à simples inserção no lugar do *verdadeiro*? Sabemos até que ponto esse lugar é necessário, para a legitimidade dos discursos. Mas nosso desejo ultrapassa, em muito, essa submissão à ordem. Gostaríamos de entrar nessa ordem para dizer uma só palavra que pudesse contribuir para alterá-la. Uma palavra com poder, sim, mas de fazer ver, como diz Foucault, que as vontades de verdade não são a verdade. Que essas vontades são sócio-historicamente constituídas, fornecem os critérios mínimos pelos quais um discurso ou pertence ao âmbito ordenado, ou é “jogado” numa exterioridade selvagem. Essas vontades são a expressão viva das relações de poder instituídas, que fazem dos discursos objetos do desejo, por seus poderes e seus saberes.

O discurso escrito que iniciamos tem, em sua constituição, enunciadas – de modo velado, na maioria das vezes –, e reveladas algumas dessas vontades de verdade. Verdades ideais impostas historicamente como leis, que pressupõem uma certa racionalidade como fundamento de seu encadeamento. Racionalidade essa que é tornada absoluta e universal e, já que imanente, possibilita revelar esse lugar tornado único e universalmente legítimo da “verdade” ideal, essa mesma, resultado de vontades de verdade que já não mais enxergamos.

O que nos move é a inquietação face à suspeita das lutas, das opressões, das barbáries e dominações que atravessam a constituição histórica da palavra *racionalidade*. Se pudermos, com Bakhtin, vemos refletidas nessa palavra as relações que a constituem, talvez possamos dar conta da tarefa que nos propomos. Nossos sujeitos: adultos considerados não alfabetizados, a partir do desejo de universalização da escrita e suas tecnologias. Nossa inquietação: a total incongruência entre as vontades de verdade que excluem esses sujeitos, historicamente, do lugar do legítimo, e a observação concreta de suas existências, no mundo. Nessa questão, entendemos que a medida da sua racionalidade – expressa em variadas formas de avaliação psicométricas, sociométricas, cientificamente amparadas em disciplinas como a Psicologia e a Antropologia – foi e é instrumento para sua exclusão da ordem do discurso, do lugar do legítimo, do verdadeiro. Ainda, que esse tratamento dado ao que não se submete à alfabetização compulsória, universalizada principalmente a partir do século XX lança seus efeitos para a caracterização sócio-ideológica das crianças e jovens que “fracassam” nos processos de aquisição da leitura e da escrita escolarizadas.

Expressos cotidianamente nos discursos que vinculam alfabetização e desenvolvimento, clamando pela urgência da alfabetização total e universal, os resultados de diversos estudos historicamente realizados (ver, a esse respeito, aqueles citados nos meus próprios estudos: Mello, 1998; 2000) e instituídos no lugar da verdade revelam ter penetrado de tal forma no imaginário dos campos das Ciências Humanas e Sociais, que se tornam irreconhecíveis as vontades de verdade que forneceram os critérios de restrição e constrangimento que cercam e controlam o lugar da ordem da

verdade. Ao serem estes sujeitos excluídos dos lugares discursivos de legitimidade da cultura, saem conseqüentemente do centro civilizado e racional, e são dessa forma como que colocados numa exterioridade que só pode ser selvagem, primitiva, não desenvolvida. Em uma palavra, *menos*. Dessa forma justificam-se historicamente as ações de submissão, de conversão, ou seja, de destruição e silenciamento de sujeitos e culturas, colocados num único lugar assimilável pelos sujeitos ditos “civilizados”: o de subalternidade. Aqui fica já marcada de princípio a minha posição ideológica, que afirma que os resultados de pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais vinculam-se dessa forma fortemente aos princípios de distribuição dos lugares sociais nas sociedades contemporâneas. Nada que Paulo Freire já não tenha afirmado, de modo mais profundo e competente. Minha contribuição a essa denúncia trata do campo específico do tratamento dado às formas de pensar, dizer e agir, na cultura, dos sujeitos de tradições discursivas e textuais orais, pictóricas e corporais.

Nas pesquisas que estudamos sobre a racionalidade de seres humanos dessas tradições, reunidos genericamente sob o epíteto sujeitos “não alfabetizados”, encontramos os primeiros indícios que nos apontam para questionamentos que parecem sempre se situar num não lugar, ou de alguma forma pressupor já, no interior dos sistemas, um lugar como “desvio”, “variável”, “margem de erro” ou simplesmente resíduos, uma vez que parece que os autores das pesquisas – seres humanos sócio-historicamente posicionados e ideologicamente ativos, ainda que enunciadores no interior do campo da cultura que são as ciências não as consideram como indícios relevantes de outras conclusões possíveis. Em última análise, parece que a trama discursiva é bem fechada, a ponto de não permitir esgarçamentos e avessos. No labirinto sem centro das pesquisas sobre a racionalidade dos adultos de tradições discursivas e textuais orais, pictóricas, corporais, encontramos nos limites somente espelhos. E atravessar esses espelhos significa questionar essas “verdades” sócio-historicamente instituídas, portanto, romper com a nossa própria imagem de ser humano, criada no interior desse campo epistemológico, para poder produzir signos outros. Signos outros que nos possibilitem compreender a alteridade em suas próprias bases.

Vamos pronunciar – sem crer nelas, apenas as dizendo “em voz alta” –, a título de exame, algumas dessas “verdades” com as quais nos defrontamos, a partir dos indícios nas leituras dos pesquisadores da racionalidade, e a partir delas apresentar os argumentos que construímos, e que, a nosso ver, permitem desconstruí-las, como tentamos fazer em nossas próprias pesquisas, mas também abrindo a discussão para que outras pesquisas possam com essas dialogar.

Quatro “verdades” que fariam crescer o nariz de Pinóquio²:

1. *É possível estudar a racionalidade humana a partir de avaliações ou testes que medem os desempenhos cognitivos dos sujeitos, com abordagens quer sejam individuais, quer levando-se em conta a interação destes com outros sujeitos.*

A concepção de racionalidade, como a encontramos nas diversas pesquisas, é aquela que se confunde com o desempenho cognitivo. Mais, com os desempenhos cognitivos eleitos como demonstrativos da legitimidade do raciocínio pelas leis da lógica formal.

O que entendemos, a partir das leituras das pesquisas consultadas (Mello, 1998), e especialmente na (re)leitura elaborada que fizemos da pesquisa de Luria (Mello, 2000), é que essa abordagem da racionalidade é inadequada. Afirmamos isso tendo em vista que os critérios estabelecidos pelos pesquisadores para se identificar um determinado desempenho cognitivo são prepostos, definindo um parâmetro ideal de racionalidade, que se caracteriza principalmente pela capacidade de pensar de forma “abstrata”, isto é, distanciando-se dos atributos contextuais presentes nos discursos como concreção, perspectiva situada, considerada menos desenvolvida. Essa ideia de um pensamento “evoluído”, isto é, o pensamento do sujeito que se põe como mais “abstrato”, é na realidade confundido com o ideal da racionalidade ocidental moderna, ou seja, a vontade de verdade que elegeu social e historicamente o pensamento ocidental como modelo universal e absoluto de “verdade”. Eleito como “norma”, define tanto o normal quanto a patologia, ou seja, aponta como déficit de razão o que não é a razão ocidental. São apagadas, portanto, as relações históricas que constituíram o modelo, ou seja, processos de expansão europeia, incluindo a colonização dos continentes americano, africano, asiático e a Oceania, incluindo escravização dos povos, genocídios e epistemicídios.

Por outro lado, a abordagem individual do desempenho cognitivo dos sujeitos das pesquisas revela-se, a partir da nossa (re)leitura de Luria (1994), como inadequada, uma vez que compartilhamos dos pressupostos filosóficos de Bakhtin, segundo os quais o pensamento de qualquer ser humano nos é inacessível em um enfoque subjetivo ou objetificante. O que podemos fazer para compreender o pensamento de um outro ser humano é entrar em relação dialógica com esse, para no encontro com seus enunciados escutar esse pensamento – já linguagem, enunciado

² Essa é uma referência ao texto *Quatro frases que fazem o nariz do Pinóquio crescer*, de Eduardo Galeano, disponível no site do MST (mst.org.br).

vivo e responsivo – e a ele responder. Nessas enunciações dos seres humanos, aliás concretos, no mundo, podemos encontrar indícios que nos deem pistas de suas racionalidades.

Para conseguir compreender um pouco mais tanto a lógica do pesquisador na abordagem cognitivista do pensamento do outro, quanto as pistas que esses sujeitos nos oferecem à escuta, em suas respostas, fizemos a leitura e (re)leitura da pesquisa de Alexander Luria, realizada nos anos 1920, em vilarejos e terras de pastoreio das regiões do Uzbequistão e Kirghizia, com adultos (na sua maioria pertencentes a povos de tradições orais), com o objetivo de investigar a relação entre aquisição da escrita e nível de desenvolvimento cognitivo. Na nossa (re)leitura de Luria, vimos que, mesmo levando-se em conta as interações entre os sujeitos da pesquisa entre si e com os entrevistadores, no ato dialógico da entrevista, e buscando responder as perguntas dos pesquisadores, pouco se alteram as inadequações desta abordagem cognitivista da racionalidade, se não forem questionados os pressupostos e critérios de legitimidade que se apresentam como “normas de verdade” absolutas e universais: o desenvolvimento cognitivo pressupõe um vínculo genético com o ponto de chegada da lógica formal.

Trazemos aqui, como um pequeno excerto, a entrevista de três homens, Kar, Yarb, Mad, para quem foi proposta uma tarefa de categorização. Para os pesquisadores, a lógica categorial seria um índice de desenvolvimento cognitivo desses sujeitos, e a tarefa foi apresentar quatro palavras, supostamente “ferramentas”, e uma não incluída na categoria, para perceber se tinham esse tipo de organização presente no pensamento. O que os pesquisadores não contavam é com a forma outra de organização das ideias revelada na entrevista:

Nesta outra entrevista, com três sujeitos, Kar (S1), Yarb (S2) e Mad (S3), a insistência é a mesma: utilizar uma palavra para representar objetos pertencentes a uma “categoria”. Os sujeitos, apesar de estimulados a responder de acordo com os critérios do pesquisador, e mostrarem uma compreensão a respeito do termo genérico, não resolvem a tarefa, porque não absorvem a lógica proposta em detrimento da sua própria.

E: Mas você pode usar uma palavra – ferramentas – para elas, não pode?
S1, S2, S3: Sim, claro.

E: E você não pode usar essa palavra para tora?

S: Não.

E: Isso significa que essas três têm alguma semelhança?

S: Sim.

E: E se eu pedir para você pegar as três coisas que você pode chamar por uma só palavra, quais você pegaria?

S1: Eu não entendo.

S2: As quatro.

S3: Se não pegarmos a tora, não teremos necessidade das outras três.

(Substituí o termo genérico por argumentos sobre funções práticas)

(Entrevista de Luria, 1994, *apud* Mello, 1998).

Consideramos que há um equívoco de base nessas formulações da pesquisa, ainda que pese a relevante contribuição das perspectivas histórico-culturais para a mudança no cenário dos estudos psicológicos: a crença na “evolução” das sociedades em direção aos padrões ocidentais letrados, que seria, ao final, o que “importa” tratando-se da racionalidade. Aqui a “verdade” é tudo o que é normal para a cultura ocidental, e a racionalidade imanente desta verdade, que é fundamento de seu encadeamento, é a racionalidade encontrada como norma entre os seres normais desta cultura: o modo da razão instrumental, pelas categorias da lógica formal e proposicional.

Também Lev Vygotsky (1993) encontrou, como resultado de suas pesquisas sobre a formação de conceitos, formas diversas de organização conceitual, na medida em que eram diversas as imersões culturais dos sujeitos pesquisados. Tanto reconheceu a influência das palavras nas organizações conceituais, quanto reconheceu a sócio-historicidade do processo de constituição dos significantes destas palavras, e um sintoma disso foi a sua tentativa de minimizar a influência da palavra enquanto significante, fazendo com que os sujeitos da pesquisa lidassem com palavras “sem sentido”, para maximizar a abstração da organização conceitual.

Luria, aqui nessa pesquisa supracitada, quando se refere aos adultos que lhe interessava investigar, comete a nosso ver dois equívocos fundamentais, que identificamos como indícios, em suas enunciações, reveladores de seus pressupostos. O primeiro é quando fala de “atividades rudimentares”, para se referir às práticas agrícolas dos sujeitos do Uzbequistão, indício problemático de que há uma concepção, em Luria, da “evolução” das culturas, que têm como forma “evoluída” a cultura escolarizada, industrial, tecnológica. Compreendendo que há, porém, uma intencionalidade nos pesquisadores soviéticos de afirmar a crença na sociedade revolucionária sua contemporânea, principalmente no que diz respeito à expansão e socialização da cultura, esperamos que nossa crítica não seja entendida como crítica ao pesquisador Luria e sua equipe, mas aos seus pressupostos *datados* que acabaram por se manter no campo da Psicologia até nossos dias.

A crença incondicional na forma “evoluída” da cultura letrada leva à forma igualmente “evoluída” da racionalidade que seria imanente desta forma de ser – ser letrado. Formas diversas de ser, de outras formas de ser nas culturas, são por este parâmetro, portanto, formas incompletas de ser civilizado, e as racionalidades daí decorrentes são, portanto, déficits de razão. Se a racionalidade eleita como universal é “abstrata”, a outra forma de ser racional revelada pelos sujeitos é imediatamente associada à falta desta abstração – portanto concretude, tomada em um sentido negativo.

O segundo equívoco de Luria a nosso ver é justamente tomar a organização relacional que os sujeitos revelam como déficit em relação ao padrão letrado e, com a pesquisa de Vigotski como

guia, associar os resultados, por ele não compreendidos, à forma imediatamente anterior ao último estágio da pesquisa que lhe guiava (pensamento categorial), descrita por Vigotski como “pensamento por complexos”. Na página 68 da edição que consultamos (1994) Luria compara o pensamento relacional dos adultos entrevistados com o agrupamento “par a par” encontrado por Vigotski como resultado das suas experiências. E o pior é que o experimento foi realizado com crianças, no caso de Vigotski. Luria, portanto, aparentemente aceitou a comparação dos resultados do pensamento de um adulto, em sua pesquisa, ao de uma criança não escolarizada, da pesquisa de seu mestre.

O que consideramos é que formas instituídas de ser na cultura são formas *já* desenvolvidas, e é justamente este desenvolvimento de outros povos e seus sujeitos que é desconsiderado, uma vez que se parta do pressuposto que, comparados com a cultura “evoluída”, seriam então seres humanos primitivos, possuidores de práticas primitivas, portadores, portanto, de uma racionalidade primitiva, que caberia ser desenvolvida pelos sistemas estatais, por exemplo. Racionalidade que, se não é abstrata, só pode ser concreta, gráfica, funcional. Em uma escala de evolução, portanto, as formas diversas de ser racional são consideradas déficits de razão.

Nossa forma de ler as entrevistas, porém, foi outra. O que vimos é que as práticas e vivências dos sujeitos na sua cultura determinam as formas como estes sujeitos organizam o real. Pudemos ver que sua forma de viver e se relacionar com o mundo era profundamente integrativa e relacional, e da mesma forma encontramos, em suas formas de organização do real, elementos que nos levam a identificá-las como constituídas nas relações pela e na cultura. Formas desenvolvidas de ser racional, reveladas pelos sujeitos em profunda interação e coerência com suas vivências na cultura.

2. A lógica formal, por ter em suas proposições a possibilidade de revelar raciocínios complexos e abstratos, é a forma ótima e universal da medida da racionalidade humana.

Os critérios da lógica formal habitualmente utilizados para a medição da racionalidade humana revelam uma forma proposicional de pensar, própria das tarefas dos lógicos-matemáticos. Como modelo absoluto e universal da racionalidade humana, torna-se instrumento para a exclusão deliberada dos seres humanos que não compartilham das referências culturais letradas ocidentais.

Discordamos do emprego generalizante da lógica formal como medida de racionalidade, uma vez que esta última não se esgota ou não se reduz a esta forma específica de raciocinar. Ao contrário, defendemos que a questão das racionalidades se insere na questão das vontades de verdade que controlam, selecionam e distribuem os lugares do legítimo. Acreditamos que há tantas

formas de ser racional quantas formas de ser humano existem nas culturas. Pressupondo a relação co-constitutiva entre os sujeitos e suas culturas, entendemos que as relações e práticas que os sujeitos têm com seu grupo, as tradições e as formas de conceber o mundo sócio-historicamente constituídas determinam os critérios racionais a partir dos quais estes sujeitos organizam as práticas e relações, as interpretações e as concepções sobre o mundo que os cercam e que modificam, em suas existências.

Estas racionalidades acreditamos que possam nos ser reveladas pelo sujeito enunciador, sob forma de indícios na linguagem, que perseguimos e articulamos. No decorrer da leitura que fizemos do diálogo entre moradores de uma comunidade de produtores rurais no Bonfim, em Petrópolis, Rio de Janeiro, e engenheiros do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), no qual esses últimos tentavam explicar para os primeiros porque deveriam sair de suas terras, já que um decreto federal demarcara uma área de parque sobre as propriedades rurais desses, um dos moradores, inconformado, interpela o engenheiro, que já explicara exaustivamente seu ponto de vista:

Continuando a sequência do diálogo, E6, ao solicitar esclarecimento sobre a delimitação, mas pelo texto da lei, faz o mesmo movimento: coordena um indicador abstrato com referências espaciais que limitam, mas que são “atores” das interações dos sujeitos e objetos no espaço:

E6 – Eu queria saber do representante do IBAMA, que decreto, que lei que foi aprovada pelo Congresso que delimita o Parque exatamente nestes pontos geográficos que o Sr. está falando, ou seja, aquela **ponte**, aquela **pedra**, contorna ali o **mata-porcos**... (Mello, 1998, p. 267).

Neste ponto do diálogo o morador exige do engenheiro florestal o texto da lei. Nessa ele quer ver demarcados os limites nos *pontos geográficos* específicos, como ele diz, exatos, do Parque. Mas, os descreve como indicadores em relação à uma posição corporalizada: *aquela ponte, aquela pedra, contorna ali o mata-porcos*, ou seja, inscreve o seu corpo no texto da descrição espacial, transgredindo a lógica do mapa moderno. O texto da leitura é repleto desses encontros de lógicas, e nelas encontramos indícios de que os sujeitos organizam o real e elaboram suas concepções de forma intimamente relacionada com suas vivências, práticas e relações na cultura, mas em diálogo franco com os marcadores da cultura oficial, aqui nesse caso os marcadores espaciais.

Desta forma, em primeiro lugar, afirmamos que os critérios da lógica formal são referentes a uma forma de ser, social e historicamente constituída, e eleita como universal por uma cultura – a ocidental, cultura essa que se auto-reconhece enquanto centro, sendo a sua verdade a ideal, constituída a partir de uma crença na racionalidade cognitivo-instrumental e uma abstração

necessária do sujeito, além de um antropto-eticocentrismo cultivados no contexto da modernidade e universalizado pelas instituições.

No caso do diálogo que trouxemos entre engenheiros florestais e produtores rurais, pudemos observar como os primeiros apenas “comunicam” o texto de lei, como se esse fosse óbvio, peremptório. Percebendo-se a si próprio como referência de humanidade, este centro define suas margens, colocando numa exterioridade selvagem tudo aquilo que não reconhece como mesmo. Controla, seleciona e distribui a produção dos lugares do verdadeiro, do legítimo. O excluído é o outro, inassimilável enquanto humano; é o “demônio” que necessita ser convertido ou subjugado às referências culturais do mesmo, ou seja, nos termos deles, “se desenvolver”. Mas, no nosso estudo em questão, esse outro não cede. Como o porquero de Agamenon (Larrosa, 2006, p. 149), eles respondem: “não me convence”. Estão nas terras ainda hoje.

Em segundo, ressaltamos no enunciado do morador, E6, uma riqueza a mais do que a lógica direta do engenheiro florestal: ele dialoga, no seu enunciado, as duas lógicas, a do mapa e a do percurso, a da legislação e a do acordo, a do ponto geográfico e a do local. Como nos sujeitos de Luria, eles reconhecem a ordem discursiva oficial e seus instrumentos e formas, mas as inserem em suas próprias formas de pensar e dizer o mundo. Gostaríamos de chamar a atenção para a necessidade da ruptura com a ordem unificante que se pretende única, monológica, e reconhecer a multiplicidade das formas de ser humano. Isso para sermos coerentes com nosso compromisso com uma verdade que reconheça as vontades de verdade que a constituem e que excluem, por procedimentos engendrados, como uma tela, ou filtro; procedimentos estes dos quais a questão dos estudos da racionalidade são parte espessa e, porque há muito transbordada em senso comum, interdita seres humanos racionais do lugar do verdadeiro.

3. A forma escrita de representar as ideias e os pensamentos é mais evoluída, porque leva os sujeitos à forma ideal de ser humano: um sujeito capaz de pensar de forma abstrata, desprendendo-se dos contextos que o limitam à concretude.

Em primeiro lugar, entendemos que a questão das racionalidades ultrapassa essa questão da escrita ou da não escrita. Ser letrado é uma forma de ser na cultura, forma essa social e historicamente constituída pela cultura ocidental e constituída enquanto forma privilegiada de relação e representação. Antes mesmo que se produzissem textos verbalizados, o que distingue o ser humano dos demais seres é, justamente, a sua capacidade de escritura, ou seja, sua capacidade espécie-específica de semiose (Ponzio, 2020, p. 27). O ser humano torna-se *sapiens* indo além da capacidade de semiose que caracteriza toda a vida (Sebeok, 2001), *exaptando-se*, ou seja, criando

uma forma de semiose única, que ao contrário da adaptação ao mundo, transforma o mundo no qual vive, cria cultura. É só quando, muito mais tarde se torna *homo sapiens sapiens*, ou seja, quando é capaz de linguagem verbal, que as condições da escrita surgem, mesmo assim depois de séculos da criação de textos verbais, pictóricos, corporais, musicais, etc.

Podemos dizer que a escrita é uma pequena parte da grande racionalidade chamada *escritura* que foi produzida, criada e que criou o mundo humano como o conhecemos hoje. Sem dúvida que a escrita alfabética e suas tecnologias trouxeram avanços consideráveis às formas de existência, às ciências, à medicina, às tecnologias informacionais, mas a racionalidade que está posta não é superior às racionalidades das demais formas de existência, apenas um tipo específico desta – que ademais também nos traz Hiroshima, Auschwitz, Hanói e Ruanda.

Entendemos que a forma de pensamento que a cultura escrita possibilitou e mantém, historicamente, através principalmente da educação, é parte do processo mais abrangente de constituição da racionalidade humana. Acreditamos que a constituição das racionalidades são parte do processo da relação bidirecional que os seres humanos mantêm entre si e com suas culturas. As vivências dos sujeitos, suas relações com as tradições e as formas de controle social, as práticas e relações na linguagem e na cultura, fornecem e são criadas a partir das formas de organização do real que as culturas realizam.

A cultura escrita é uma dessas manifestações racionais. É uma forma de organização do real a partir de um universo de significações e reflexões metalinguísticas, que fornecem critérios metasemióticos a partir dos quais os seres humanos vão interagir de modo outro com o mundo. A linguagem humana nos trouxe a literatura; a cultura escrita permitiu a circulação desta pelos séculos. Mas a absolutização e universalização desta forma de ser na cultura é uma das “verdades” que não mais reconhecem as vontades de verdade sócio-históricas que as constituíram. Torna-se assim, procedimento para controle do lugar do legítimo, através da organização, seleção e distribuição da produção do discurso verdadeiro. Normal é ser alfabetizado. Povos de tradição oral, de tradições pictóricas, corporais, que possuem textos antiquíssimos orais, versificados, são o antigo a ser superado, e se coincidem com os seres humanos contemporâneos, uma patologia fundamentada cientificamente, dentre outros, pelos estudos sobre a racionalidade.

Além disso, entendemos que também a concepção de letramento que temos precisa ser revista. Numa cultura como a nossa, em que a escrita faz parte do universo de referências culturais a que todos têm acesso, não fazer uso individual da escrita alfabética não pode ser sinônimo de ser iletrado, essa é uma afirmação no mínimo equivocada. Careceria de serem melhor investigadas as diversas formas de se relacionar com a escrita, que alguns sujeitos de outras tradições de escritura revelam.

4. *A modernidade e suas consequências precisam ser revistas. O impulso divisionário e fragmentador cultivado no contexto da era moderna precisa ser transcendido para uma visão integrativa dos povos, das culturas, dos seres e da natureza. A globalização é o meio ótimo, uma vez que possibilita a todos o acesso aos bens culturais da humanidade.*

É preciso reconhecer nesta “verdade” os perigos que nos espreitam por trás de algumas enunciações. Muito longe de defendermos a fragmentação, a individualização ou a criação de guetos culturais, chamamos a atenção para a necessidade de lutarmos pela manutenção da diversidade das formas de ser humano. Acreditamos que o discurso da globalização das culturas esconde a vontade de verdade mais evidente: o desejo de sujeição das culturas à forma única ocidental europeia.

Acreditamos na necessidade do fortalecimento, reconhecimento e re-enraizamento das culturas nas tradições silenciadas, como força de resistência e luta. Ao mesmo tempo, na necessidade de uma permeabilidade entre as formas de ser, que permita o diálogo com o outro, porém sem nele se perder.

A globalização, como resposta imediatamente oposta à fragmentação moderna, é um movimento inevitável para a ruptura com a forma moderna de ser. Porém, neste momento histórico de transição, que não percamos de vista os desejos e vontades de verdade dos dominantes, que mudam as vontades de verdade, mas não mudam sua relação com o poder. Em uma sociedade capitalista, pós-colonial com efeitos ainda de colonização vigentes, o foco na comunicação pode se revelar como um instrumento para a produção, para o consumo, para a sociedade de créditos.

Consideramos necessária e urgente a reformulação dos pressupostos paradigmáticos que orientam ações e estudos – junto, um compromisso com a *encarnação* dos sujeitos – entendimento que neutralidade – “pacto com a verdade” – significa muitas vezes pacto com uma abstração, portanto com uma historicidade opressora. Definição de que lugar falamos – para esclarecermos com quem estabelecemos nossos compromissos, concretamente. De forma tática, própria dos fracos, o que recomendamos é a revelação pequena, constante e indiciária dos procedimentos engendrados que excluem, da ordem do legítimo, da verdade que há séculos vêm sendo globalizada, seres humanos e culturas diversas. Sugerimos a leitura atenta da análise do professor Augusto Ponzio, em sua última obra traduzida, *Livre Mente: processos cognitivos e educação para a linguagem*, e a decorrente leitura das influências da BNCC no ensino da Língua Portuguesa, principalmente no texto do professor Wanderley Geraldi (2015) e nas pesquisas realizadas por Juliane Ferreira Vieira (2021) e Denise Lima (2021).

Finalmente, recomendamos que se possa perseguir mais especificamente as formas de organização do real dos sujeitos adultos de diferentes tradições textuais e discursivas, para compreendermos um pouco mais o universo de suas racionalidades. Juntamente com essa tarefa, uma análise das crenças sobre a questão da racionalidade que a escola utiliza como mais um dos seus critérios de organização, controle, distribuição e seleção dos lugares dos sujeitos, pela educação. Como, neste caso, a educação de jovens e adultos sofre pelo conflito de racionalidades, que cria muitas vezes uma ausência de diálogos entre educadores e educandos.

Se alfabetizar tornou-se processo iniciático necessário, sócio-historicamente, para nossa cultura, essa necessidade não pode confundir-se com a vontade de verdade que mascara o desejo de sujeição do “centro” da cultura ocidental: o absolutismo da forma única de ser humano: a forma deles.

Da mesma forma que essa cultura ocidental confunde o tempo com seus relógios, sem reconhecer mais neles as vontades de verdade que os constituíram, também confunde racionalidade com a cognição, e essa com a lógica formal, deixando sem passado tanto a constituição das concepções sobre a racionalidade, quanto os sujeitos que desconhecem os critérios pelos quais são avaliados, submetidos e excluídos. O que estamos falando o tempo todo é, ao fim ou centro, de procedimentos de exclusão, de relações de manutenção de um poder através da inserção numa ordem que sequer se reconhece como tal.

Reconhecer a multiplicidade de formas de ser racional, pelas e nas relações que os sujeitos estabelecem nas culturas pode ser um passo para atravessarmos a espessura dos espelhos que refletem nossa própria incapacidade de rompermos com as ordens que nos pesam, nos constroem e nos cegam para a complexidade e riqueza das formas de ser humano, em todos os lugares e em todos os tempos.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GALEANO, Eduardo. *Quatro frases que fazem o nariz do Pinóquio crescer*. Disponível em <https://mst.org.br/2011/05/16/quatro-frases-que-fazem-o-nariz-do-pinoquio-crescer/>.

GERALDI, João Wanderley. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas*. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

- LIMA, Denise. *Uma leitura bakhtiniana do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental*. Tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021.
- LURIA, Aleksander R. *Desenvolvimento Cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais*. 2.ed. São Paulo: Ícone, 1994.
- MELLO, Marisol B. *A multiplicidade de formas de ser racional: escrita e racionalidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1998.
- MELLO, Marisol B. Relendo Luria: os limites de uma perspectiva. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), v.112, 2000, p.99 – 124.
- PONZIO, Augusto. *Livre Mente: processos cognitivos e educação para a linguagem*. Trad. Marcus V. B. Oliveira e Marisol Barenco de Mello. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- SEBEOK, Thomas A. *Signs: an introduction to semiotics*. Toronto University Press, Toronto, 2001.
- VIEIRA, Juliane F. *Vozes ideológicas na BNCC de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental – anos iniciais (práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades): uma análise bakhtiniana*. Projeto de pós-doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021.
- VYGOTSKY, Lev S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.